

## **A comunidade boliviana em São Paulo: definindo padrões de territorialidade**

### **Iara Rolnik Xavier**

*Iara Rolnik Xavier é formada em Ciências Sociais pela USP e há quatro anos trabalha no editorial do Instituto criando as publicações e materiais produzidos pela equipe Pólis. É integrante do Observatório internacional das migrações na América Latina (Miurbal-[www.miurbal.net](http://www.miurbal.net)) no qual o Pólis representa São Paulo no monitoramento das migrações internacionais na cidade.*

### **Renato Cymbalista**

*Arquiteto e Urbanista (FAU-USP, 1996), Mestre em Estruturas Ambientais Urbanas (FAU-USP, 2001), Doutor em Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo (FAU-USP, 2006). Investigador Visitante, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa - ISCTE, Lisboa (2004), do Instituto de Ciências Sociais - ICS da Universidade de Lisboa (2004) e do Centro de História de Além Mar da Universidade Nova de Lisboa (2005-6). Bolsista CNPq (1995-1996), FAPESP (1999-2001) e Instituto Camões (2004). Professor da Faculdade de Arquitetura Escola da Cidade.*

Publicado em: 25/09/2007 *Os pesquisadores do Pólis, Renato Cymbalista e Iara Rolnik Xavier, traçam um perfil da realidade da comunidade boliviana na cidade de São Paulo. Cerca de 100 mil bolivianos vivem na capital.* O padrão de inserção territorial de grupos imigrantes ou minorias étnicas nas cidades é um tema bastante tratado na literatura internacional. Desses estudos decorrem as categorias que procuram explicar a territorialidade dessas minorias: gueto, banlieue, enclave étnico, entre outras.

A definição desses padrões de territorialidade serve para um melhor conhecimento das especificidades dos processos de exclusão e segregação em cada cidade e dos processos de agregação e identidade dos grupos envolvidos, podendo amparar práticas e políticas que operem a favor da integração e da inclusão. Nesse sentido denominações e categorias equivocadas podem levar a imagens estereotipadas e políticas públicas inadequadas, o que aumenta o abismo entre o desafio representado pela presença desses grupos e a capacidade social de responder a eles de forma positiva.

A inscrição territorial dos bolivianos em São Paulo parece desafiar, além das categorias consolidadas citadas, o padrão de distribuição territorial dos imigrantes na história da cidade. Territórios étnicos como o Bom Retiro dos judeus e, posteriormente, dos coreanos; e a Liberdade dos japoneses se parecem aos enclaves étnicos do Canadá. Devemos, é claro, levar em conta as diferenças entre Brasil e Canadá, mas as duas sociedades foram ocupadas por grupos específicos que passaram por grande ascensão social e que marcaram permanentemente seus lugares com uma forte presença no espaço público. Além disso, atuaram ativamente no comércio e serviços. Entretanto, tais elementos são fracamente presentes no que diz respeito à comunidade boliviana.

Devido à quase ausência de categorias consolidadas que descrevam a situação dos bolivianos em São Paulo, este artigo procura definir essa inserção territorial a partir de dados empíricos e da escassa (mas importante) bibliografia existente sobre o grupo<sup>1</sup>.

Essa definição é relevante, pois ao que parece, a dimensão da comunidade boliviana em São Paulo vem crescendo. De um passado de quase invisibilidade, pode em pouco tempo tornar-se uma “questão” para a cidade. Conhecer melhor o padrão de inserção territorial dos bolivianos a partir de suas próprias especificidades – e não a partir das pré-concebidas categorias internacionais ou procurando em vão a repetição do padrão histórico de imigração branca ou japonesa, que não se reproduz nos bolivianos recém chegados – é um primeiro passo para a construção de uma interface adequada entre São Paulo e os bolivianos, ainda inexistente.

As atuais estimativas de várias instituições governamentais e não governamentais sobre o real tamanho da comunidade boliviana em São Paulo apresentam uma enorme variação. O único consenso entre essas estimativas é o fato de São Paulo abrigar o maior número de imigrantes bolivianos no Brasil. Adotamos aqui, a estimativa de cerca de 100 mil bolivianos vivendo na cidade atualmente.

Os imigrantes que chegam da Bolívia têm, em geral, um perfil jovem, de baixa qualificação profissional, escolaridade média e variação de gênero equilibrada entre homens e mulheres<sup>2</sup>. Trata-se de uma imigração voltada para o trabalho em um ramo bastante específico, o da costura no universo da indústria do vestuário. Dos 50 questionários feitos para esta pesquisa, 86% dos entrevistados responderam que trabalham com confecção de roupas. A grande maioria já vem da Bolívia contratada para atuar em oficinas de costura, o que indica a predominância dessa atividade na comunidade.

O que queremos ressaltar nesse artigo é o entendimento de que a oficina de costura é muito mais do que um simples ambiente de trabalho. Geralmente os bolivianos alimentam-se nesses mesmos espaços, dormem junto às máquinas e raramente saem do local de trabalho. Quem faz as compras, normalmente, é o dono da oficina, e os empregados raramente utilizam-se do comércio e serviços da cidade. Cerca de 80% dos entrevistados declararam morar e trabalhar no mesmo lugar.

Esse enclausuramento na casa-oficina define parte significativa da inserção desse grupo no território da cidade. Isso é importante para se pensar a pouca visibilidade do grupo nos espaços públicos, sistemas de transporte, e outros locais abertos da cidade.

A partir dessas considerações e do mapeamento inicial da presença pública dos bolivianos na capital paulista, entendemos que se trata de uma presença constrangida e fugaz. No entanto, não deve ser confundida com uma total ausência. Trilhar os percursos dos bolivianos na cidade é uma tarefa que exige certo esforço de olhar e que, às vezes, só é perceptível com uma visão etnográfica. Nesse mapeamento, encontramos alguns circuitos recorrentes e outros em construção ou em disputa na cidade.

A tendência, ao que tudo indica, é que estes circuitos não sejam espaços permanentes, mas locais para encontros eventuais ou periódicos. Mesmo a Praça Kantuta (Pari), centro

indiscutível da presença boliviana na cidade, não registra presença expressiva da comunidade em outros dias da semana. Sua internalização em seus dias de trabalho provoca a atrofia de equipamentos públicos, do comércio e dos serviços, obstruindo o surgimento de enclaves marcadamente bolivianos.

A inscrição territorial da comunidade boliviana em São Paulo não se encaixa nas categorias mais recorrentes moldadas pela literatura internacional principalmente pela sua desproporcional internalidade. Durante a maior parte do tempo, a sociabilidade ocorre nos espaços de “privacidade coletiva” das oficinas de costura, onde além de se trabalhar longas e exaustivas horas, se come e dorme. Tratamos conceitos como “privacidade” e “intimidade” como contrapontos “naturais” ao espaço público. Mas como tratar o espaço público para uma comunidade onde privacidade e intimidade se dão de forma tão amalgamada com os territórios de controle e convivência como os locais de trabalho?

A iniciativa de conhecer a comunidade boliviana em São Paulo apenas se inicia e este artigo pretende apontar horizontes de sua investigação. Conhecer um grupo urbano como o boliviano é um grande desafio. A escassa presença no espaço público, a baixa demanda por direitos e a baixa prioridade de atendimento por parte do poder público contribuem para aumentar a invisibilidade do grupo. A hipertrofia do local de trabalho e a não constituição de guetos ou enclaves requer um instrumental bastante sofisticado de análise, e certamente os acadêmicos e o poder público estão mais preparados para lidar com grupos concentrados do que com grupos dispersos que vivem na capital.

Esse conhecimento pode iluminar também outros aspectos pouco conhecidos de nossa sociedade, que vão além do grupo em questão. Um melhor conhecimento sobre as relações de trabalho análogas às da escravidão, que de forma alguma são exclusividade dos bolivianos; um maior conhecimento das implicações sociais, trabalhistas e urbanísticas relacionadas ao cluster das confecções do pólo Brás-Bom Retiro, um dos pontos mais dinâmicos da economia local; um conhecimento contemporâneo sobre as condições de vida em situações de insalubridade habitacional e superadensamento que tampouco são exclusividade dos bolivianos. Também não é exclusividade desse grupo a situação de vulnerabilidade que sequer expressa demandas por direitos ou serviços públicos. Esses apontamentos podem nos levar a uma nova compreensão da forma como se usa e como se constroem os territórios da maior metrópole brasileira.